

# *O SERVIÇO SOCIAL NO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL*

*SOCIAL WORK IN SOCIO-TERRITORIAL DIAGNOSIS*

*EL TRABAJO SOCIAL EN EL DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL*

**Jaqueline L. S. Jungles Stacoviaki**

Discente do curso de Serviço Social da UNINTER.

E-mail: [jaque\\_stk@hotmail.com](mailto:jaque_stk@hotmail.com)

**Nola Doetzer Cordero**

Discente do curso de Serviço Social da UNIBRASIL.

E-mail: [noladoetzer@gmail.com](mailto:noladoetzer@gmail.com)

**Priscila dos Santos e Santos**

Discente do curso de Serviço Social da UNICESUMAR.

E-mail: [prissts@gmail.com](mailto:prissts@gmail.com)

**Stephany Nicolle Matos Guimarães**

Discente do curso de Serviço Social da UNINTER.

E-mail: [stephannynicolle@gmail.com](mailto:stephannynicolle@gmail.com)

## **RESUMO**

O acesso à moradia é um direito constitucional, porém a realidade da habitação está aquém das diretrizes legais, visto o crescimento das ocupações irregulares no Brasil. O resumo busca elucidar o papel do Serviço Social na política habitacional através do diagnóstico socioterritorial. A categoria profissional tem em seu Código de Ética a fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa, além da dimensão ético-política, para apoiar as suas intervenções na compreensão da conjuntura involucrada. Desta forma, o presente trabalho inicia a discussão sobre a inserção do Serviço Social na política habitacional, buscando fomentar o diálogo sobre a importância da/o assistente social na realização dos diagnósticos socioterritoriais.

**Palavras-chave:** Política de Habitação, Trabalho Social, Diagnóstico Socioterritorial.

## **ABSTRACT**

Access to housing is a constitutional right, but the reality of housing falls short of legal guidelines, given the growth of irregular settlements in Brazil. This abridgment seeks to elucidate the role of Social Work in housing policy through socio-territorial diagnosis. The professional category has in its Code of Ethics the theoretical-methodological and technical-operative principles, as well as the ethical-political dimension, to support its interventions in understanding the complex context. Thus, this paper begins the discussion about the inclusion of Social Work in housing policy, seeking to foster dialogue about the importance of the social worker in the realization of socio-territorial diagnoses.

**Keywords:** Housing Policy, Social Work, Socio-territorial Diagnosis.

## **RESUMEN**

El acceso a la vivienda es un derecho constitucional, sin embargo, la realidad de la vivienda está más allá de las directrices legales, debido al crecimiento de las ocupaciones ilegales en Brasil. Este resumen trata de elucidar el rol del Trabajo Social en la política habitacional a través del diagnóstico socioterritorial. Los profesionales del área tienen en su Código de Ética la fundamentación teórico-metodológica y técnico-operativa, además de la dimensión ético-política, para apoyar sus intervenciones en la comprensión de la

coyuntura involucrada. De esa manera, este trabajo inicia la discusión sobre la inserción del Trabajo Social en la política habitacional, tratando de fomentar el diálogo acerca de la importancia del trabajador social en la elaboración de los diagnósticos socioterritoriales.

**Palabras-clave:** Política de Vivienda, Trabajo Social, Diagnóstico Socioterritorial.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi idealizado através da experiência das autoras durante o estágio na Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab Curitiba), empresa de economia mista que tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Curitiba, responsável pela execução da Política de Habitação de interesse social no município, que dentre seus limites e possibilidades tem a função de executar o Trabalho Social conforme diretrizes do extinto Ministério das Cidades (COHAB, 2019).

A Política de Habitação (PH) se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado e tem como fundamento a garantia do direito à cidade. A questão fundiária impacta tanto no processo de expansão de assentamentos precários como na produção habitacional, relacionando-se diretamente com a política de planejamento territorial e gestão do solo urbano. A/o assistente social é colocada/o como um dos profissionais que devem atuar na elaboração e implementação da Política de Habitação.

O presente trabalho teve como objetivo geral compreender o papel deste profissional na elaboração do diagnóstico, buscando abranger o entendimento sobre o contexto da política habitacional do país. Infere também sobre a concepção de diagnóstico socioterritorial, na compreensão da aplicação dos fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional de acordo com o seu projeto ético-político. Ainda se observou baixa produção textual sobre o tema.

## **METODOLOGIA**

A análise do objeto de estudo desta pesquisa tem cunho exploratório, que para Gil (1999) é aquela que objetiva tornar um problema explícito, aproximar-se mais dele, visando conhecê-lo melhor e com mais profundidade.

Por meio do método materialista histórico-dialético, será possível compreender a realidade pela sua totalidade e o papel do Serviço Social na construção e elaboração de *Caderno Humanidades em Perspectivas - II Simpósio de Pesquisa Social e II Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Outubro/2019* 379

diagnósticos socioterritoriais. Para tanto, o estudo partirá de pesquisas bibliográficas, pela leitura de livros e artigos, para discorrer acerca da trajetória da política de habitação no Brasil e da definição de diagnóstico territorial e sua importância para a execução do trabalho social e gestão da política.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

As primeiras ações estatais na área de habitação tiveram início no final do século XIX e começo do século XX, através de medidas higienistas de controle sanitário e habitacionais que não sanaram a problemática, mas agravaram a segregação urbana. Durante o governo Vargas e o regime militar, implantaram-se dois órgãos, a Fundação Casa Popular (1942-1964) e o Banco Nacional de Habitação (1964-1986) que foram incapazes de atender a população de baixa renda, devido à falta de recursos e a centralização da administração (MUZI, 2010).

Já durante a abertura democrática, movimentos populares se uniram para propor a Emenda Popular da Reforma Urbana na Assembleia Nacional Constituinte, ensejando a construção dos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988) que norteariam futuramente a Política Nacional de Habitação (PNH). O período subsequente foi marcado por calorosas discussões entre os poderes públicos, privados e movimentos populares, o que gerou o Plano Diretor das Cidades e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Em 2003, com o Brasil sob a presidência de um partido de esquerda, cria-se o Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano. Neste governo, entre 2007 e 2009, foi instituído o Plano de Aceleração de Crescimento, responsável pelo planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética e o Programa Minha Casa Minha Vida que impactou significativamente no desenvolvimento da PNH.

Diante da atual conjuntura política e econômica do país, nota-se que desde 2015 a política habitacional passa por um recrudescimento, agravado especialmente pela saída do poder da presidente Rousseff, o que reduziu de forma drástica os investimentos e eliminou o Ministério das Cidades pelo governo de extrema direita.

Diante da projeção histórica da Política Habitacional, a/o assistente social é chamada/o para atuar no planejamento e execução do Trabalho Social entendido pela Portaria nº 21, 2014, do antigo Ministério das Cidades como:

Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de [...] diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária. (BRASIL, 2014)

Estes estudos referenciados na portaria também podem ser chamados como diagnósticos socioterritoriais. Eles precedem toda e qualquer intervenção na área e a sua construção é pautada na elaboração de instrumentos técnico-operativos, que possibilitam a coleta e análise de dados, quantitativos e qualitativos, referentes ao contexto econômico, social, cultural e ambiental de determinado território (PAZ e TABOADA, 2010).

Paz e Taboada (2010) definem duas perspectivas deste diagnóstico: a primeira é o conhecimento sobre as famílias com a composição, renda, situação de trabalho, escolaridade, saúde, organização comunitária e vocação produtiva; a segunda é a compreensão da forma como o território se organiza, sua dinâmica, características físicas e urbanísticas, infraestrutura, equipamentos públicos que compõem a área, abrangência e densidade populacional. Por isso, o diagnóstico não deve ser estático, mas sim dinâmico e participativo.

Desta forma, os diagnósticos compõem uma parte primordial do trabalho social, bem como da gestão da política habitacional, visto que “Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos, não se constroem indicadores, não se traz à tona a complexidade das condições de vida dos moradores (KOGA, 2002, p. 23). Assim, os dados devem sempre representar ao máximo a realidade do território, atentando-se para englobar as dimensões socioculturais da população.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente resumo possibilitou compreender a importância da/o assistente social na execução do trabalho social e do diagnóstico socioterritorial. Observou-se que esta/este profissional, apropriando-se das três dimensões profissionais, consegue se aproximar da realidade e do território, identificando suas particularidades e potencialidades. Com isso,

pode estabelecer junto à população estratégias para a consolidação da cidadania, conforme o Código de Ética da profissão, e principalmente respeitando a singularidade e autonomia dos sujeitos. Sendo assim, faz-se necessário o aprimoramento profissional em uma base teórica materialista-dialética para que, em sua prática, compreenda a realidade em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Ministério das Cidades. Brasília, DF, 22 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

COHAB. **Apresentação.** Curitiba, PR, 2019. Disponível em: <<http://www.cohabct.com.br/conteudo.aspx?secao=25>>. Acesso em: 20 abr 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

KOGA, Dirce. Cidades entre território de vida e território vividos. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 72, p. 22-52.

MUZI, Rafael Terézio. **“A pedra fundamental”: trajetória histórica do Serviço Social na Companhia de Habitação Popular (1972-2010).** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – UNIBRASIL, Curitiba, 2010.

PAZ, Rosangela D.O; TABOADA, Kleyd J. – **Trabalho Social em programas e projetos de habitação de interesse social** – Ensino à Distância –EAD, Brasília – DF, Ministério das Cidades, 2010, 127 pg.